

# **Demonstrações Financeiras**

## **Termoverde Salvador S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# **Termoverde Salvador S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Quotistas e Diretores  
**Termoverde Salvador S.A.**  
Salvador – BA

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Termoverde Salvador S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia, para fins do seu processo de geração de energia, depende exclusivamente do fornecimento do biogás, o qual é realizado pela parte relacionada Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is written over the printed name.

Wallace Weberling Pereira  
Contador CRC SP-230870/O

**Termoverde Salvador S.A.**

## Balço patrimonial

para os exercrcios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>		<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>Explicativa</u>				<u>Explicativa</u>		
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	907	436	Fornecedores	12	7.422	1.787
Contas a receber de clientes	7	2.235	2.756	Emprstimos e financiamentos	14	-	1.661
Estoques	8	1.393	1.432	Salrios, benefcios e encargos sociais	15	524	552
Impostos a recuperar	9	1.165	2.145	Impostos, taxas e contribuies	16	165	655
Outras contas a receber		100	84	Outras contas a pagar		153	-
Adiantamento a fornecedores		60	26	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>8.264</b>	<b>4.655</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.860</b>	<b>6.879</b>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo:</b>				Dividendos a pagar	10	3.463	3.463
Impostos a recuperar	9	618	-	Provisões	18	-	4
Mtuos a receber de partes relacionadas	13	-	2.395	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.463</b>	<b>3.467</b>
Ativo fiscal diferido	17	79	59				
		<b>697</b>	<b>2.454</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado	11	29.640	32.177	Capital social	19	5.023	5.023
		<b>29.640</b>	<b>32.177</b>	Reservas de lucros		8.163	17.082
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>30.337</b>	<b>34.631</b>	Reservas de Subvenção para Investimentos		11.284	11.284
				Ajustes de avaliao patrimonial		-	(1)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>36.197</b>	<b>41.510</b>	<b>Total do patrimnio líquido</b>		<b>24.470</b>	<b>33.388</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>36.197</b>	<b>41.510</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Termoverde Salvador S.A.**

## Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota Explicativa</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	20	<b>23.997</b>	<b>27.801</b>
Custo dos serviços prestados	21	(32.124)	(23.688)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>(8.127)</b>	<b>4.113</b>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>			
Despesas comerciais	22	(45)	(73)
Despesas administrativas	23	(759)	(355)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(219)	(5.236)
<b>Receitas e despesas operacionais líquidas</b>		<b>(1.023)</b>	<b>(5.664)</b>
<b>Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(9.150)</b>	<b>(1.551)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	25	331	674
Despesas financeiras	25	(120)	(670)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>211</b>	<b>4</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(8.939)</b>	<b>(1.547)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Diferido	17	20	11
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(8.919)</b>	<b>(1.536)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Termoverde Salvador S.A.**

Demonstração do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prejuízo do exercício	(8.919)	(1.536)
Outros resultados abrangentes	1	-
<b>Total do resultado abrangente da Companhia</b>	<b>(8.918)</b>	<b>(1.536)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Termoverde Salvador S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros				Lucros (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de subvenção p/ investimentos			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>5.023</b>	<b>1.005</b>	<b>17.607</b>	<b>11.290</b>	-	(1)	<b>34.924</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.536)	-	(1.536)
Absorção de prejuízo	-	-	(1.536)	-	1.536	-	-
Reserva de subvenção para investidores	-	-	6	(6)	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>5.023</b>	<b>1.005</b>	<b>16.077</b>	<b>11.284</b>	-	(1)	<b>33.388</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.919)	-	(8.919)
Absorção de prejuízo	-	-	(8.919)	-	8.919	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1	1
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>5.023</b>	<b>1.005</b>	<b>7.158</b>	<b>11.284</b>	-	-	<b>24.470</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Termoverde Salvador S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	2025	2024
<b>Das atividades operacionais</b>			
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(8.919)</b>	(1.536)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciações	11	5.240	5.715
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos	14	38	651
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	13	(162)	(642)
Provisão para contingências	18	-	(33)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(20)	(11)
Provisão para obrigações contratuais futuras		(3)	3
<b>Aumento / Redução nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber de clientes	7	379	913
Partes relacionadas	13	142	45
Impostos a recuperar	9	362	(248)
Estoques	8	39	1.996
Outras contas a receber		(16)	33
Adiantamento a fornecedores		(34)	9
<b>Aumento / Redução nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores	12	2.781	(206)
Partes relacionadas	13	2.854	(11)
Salários benefícios e encargos sociais	15	(28)	44
Impostos taxas e contribuições	16	(490)	197
Impostos de renda e contribuição social	16	43	299
Outras contas a pagar		153	-
<b>Caixa proveniente das operações</b>		<b>2.359</b>	<b>7.218</b>
Pagamento de impostos sobre o lucro		(43)	(472)
Mútuos ativos - recebimento de juros	13	15	-
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	14	(53)	(701)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>2.278</b>	<b>6.045</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Mútuos ativos – concedidos	13	(1.900)	(2.476)
Mútuos ativos - recebimento principal	13	4.442	4.614
Aquisição de ativo imobilizado	11	(2.703)	(1.814)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(161)</b>	<b>324</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	14	(1.646)	(6.060)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(1.646)</b>	<b>(6.060)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>471</b>	<b>309</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	6	436	127
No final do exercício	6	907	436
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>471</b>	<b>309</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **1. Contexto operacional**

A Termoverde Salvador S.A. (“Companhia”) foi constituída em 05 de maio de 2008. A sede da Companhia está localizada na Rodovia BA 526 s/n° KM 6,5, Bairro São Cristóvão, município de Salvador – BA. A Companhia é controlada em primeira instância pela Revita Engenharia S.A., e controlada em última instância da Solvi Participações S.A..

A Companhia tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica, através da operação, manutenção e exploração de usina termelétrica, com o processamento do biogás de aterro como combustível.

Implantada em uma área de 7mil m2 dentro do Aterro Sanitário Metropolitano – ASMC, localizado no Município de Salvador, a termelétrica tem potência instalada de 19,73 MW/Garantia Física de 10 MW e capacidade de produzir 150 mil MWh ao ano, equivalente a energia suficiente para atender a 50 mil residências (200 mil pessoas).

A Companhia obteve as autorizações de início de operação comercial ao final de 2010 dos seguintes órgãos responsáveis:

- Agência Nacional de Energia (“ANEEL”)

A ANEEL concedeu autorização para o início da operação comercial por meio do processo nº 48500.001579/2009-60 e autorizada de acordo com a Resolução autorizativa nº 1.797 de 03 de fevereiro de 2009, com validade de 30 anos, a partir dessa data;

- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

O ONS deliberou sobre a autorização de início de operação comercial, baseado na declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede, conforme carta ONS – 1145/100/2010;

- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA);

Por meio da carta CCO/352, a COELBA autorizou a conexão da unidade geradora de energia Termoverde Salvador S.A. ao seu sistema elétrico, permitindo o início da operação comercial.

A usina entrou em funcionamento no início de janeiro de 2011, transformando em energia limpa o biogás gerado pela decomposição de aproximadamente 3 mil toneladas/dia de resíduo urbano depositado no ASMC e com sua licença operacional renovada até 2045. A energia produzida abastece grandes e médias empresas, constituindo-se a termelétrica no primeiro empreendimento do Nordeste e o terceiro do Brasil a utilizar esse tipo de combustível na geração de energia elétrica em escala comercial.

A venda da energia elétrica é realizada no mercado livre de energia, operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Os principais contratos de compra e venda de energia elétrica são mantidos com os clientes ITAU, Matriz e Safira Energia..

A Companhia continuará implementando novas ações de performance e estratégias de produção, que preve um aumento de geração e comercialização de energia, e com isso a Companhia estima o crescimento em seu faturamento anual.

Atualmente, a aquisição do biogás é realizada da parte relacionada Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. (“Battre”), que possui a concessão do ASMC, com dependência exclusiva deste insumo.

Essa operação é efetuada de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essa parte relacionada. A Battre, em 26 de janeiro de 2025, assinou o 22º Aditivo de Concessão, com uma prorrogação e prazo de vigência de 20 (vinte) anos de concessão com a Prefeitura de Salvador a partir de 31 de dezembro de 2024.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2. Base de preparação e políticas contábeis materiais**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2026.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Classificação corrente versus não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

### **2.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

### **2.5 Receita de contratos com clientes**

A receita é reconhecida quando a Companhia transferem o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

serviços. A Companhia conclui que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente.

A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

- 1- identificação dos contratos com o cliente;
- 2- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
- 3- determinação do preço da transação;
- 4- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- 5- reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

### **2.6 Venda de energia elétrica**

As receitas com a venda de energia elétrica renovável são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários.

As obrigações de desempenho são cumpridas no momento em que os direitos sobre a energia são transferidos para o cliente, sendo assim a receita é reconhecida pela Companhia, caracterizado pela transferência do direito à energia para o cliente.

### **2.7 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

### **2.8 Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

### **2.9 Benefícios a empregados**

#### *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### *Plano de contribuição definida*

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### *Participação nos lucros*

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

### *Assistência médica*

A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

## **2.10 Tributos e encargos sociais a recolher**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

### *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores apurados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais o ativo será utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

### *Incentivo sobre o lucro da exploração*

O incentivo fiscal tem como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

## **2.11 Tributos sobre vendas**

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **2.12 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) – custo dos materiais diretos e mão de obra.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

## **2.13 Imobilizado**

### *Reconhecimentos e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear e para os geradores de energia, é utilizado o método de capacidade utilizada, por meio da quantidade de horas de operação dos geradores de energia. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº11.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **2.14 Instrumentos financeiros**

### **a) Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

### **b) Classificação e mensuração subsequente Instrumentos Financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Companhia e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("Teste SPPJ"). A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPPJ, os ativos financeiros são mensurados: ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

### ***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar os pagamentos de principal e de juros (“Teste SPPJ”)***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor ‘principal’ em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio***

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairments são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais aVJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**c) Desreconhecimento**Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**d) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia não operara com instrumentos financeiros derivativos ou realiza designações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **f) Capital social**

#### Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### **2.15 Redução ao valor recuperável (impairment) Ativos financeiros não-derivativos**

#### Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto,

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia esta expostas ao risco de crédito.

### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados na menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O ágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **2.16 Subvenções governamentais**

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2032, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

### **2.17 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### *Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas*

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos.

### **2.18 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia as Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 10.

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **2.19 Novas normas e interpretações**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### **2.19.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025**

- **Alterações à IAS 21 — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de Conversibilidade**

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

A utilização de uma taxa alternativa não constitui escolha livre da entidade, devendo refletir, na medida do possível, uma taxa que seria observável em condições normais de mercado, conforme os princípios da IAS 21, com aplicação consistente e divulgações robustas.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia não possui operações ou entidades localizadas em ambientes com restrições significativas à conversibilidade cambial, tampouco enfrentam limitações que caracterizem situação de falta de conversibilidade nos termos da norma. A Companhia irá continuar monitorando as mudanças contábeis e regulatórias, mas, no presente

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

momento, essas alterações não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras.

### **2.19.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

As alterações emitidas pelo IASB refinam e esclarecem requisitos de classificação, mensuração, baixa (derecognition) e divulgação para instrumentos financeiros, em resposta à Revisão Pós-Implementação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Os principais pontos incluem: (i) orientação adicional para avaliação do critério SPPI (Solely Payment of Principal and Interest) em ativos financeiros com características contingentes (incluindo ESG-linked), com reforços para non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados; (ii) opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados via sistemas eletrônicos antes da data de liquidação, quando cumpridos critérios específicos; e (iii) novos requerimentos de disclosure na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, notadamente para instrumentos com características contingentes e para investimentos em instrumentos de capital designados ao FVOCI.

As principais alterações são:

#### **Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica:**

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

#### **Classificação de ativos financeiros:**

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo:** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).
- **Ativos financeiros com características ‘non-recourse’:** As alterações aprimoram a descrição do termo ‘non-recourse’, em especial para um para especificar que um ativo financeiro possui características de ‘non-recourse’ quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.
- **Instrumentos contratualmente vinculado:** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

#### **Divulgações:**

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os requisitos da IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.
- **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais:** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 serão obrigatórias para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11**

O IASB emitiu alterações a cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais.

### **IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Contabilidade de hedge por um adotante inicial**

Para consistência com os requerimentos da IFRS 9, IFRS 1:B5-B6 foram alterados com relação ao critério de qualificação para o Hedge Accounting (ao invés de “condições”) e para adicionar referências cruzadas à IFRS 9:6.4.1 para melhorar a compreensão da IFRS 1.

### **IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Ganho ou perda no desreconhecimento**

As alterações removem uma referência cruzada obsoleta na IFRS 7:B38 para um parágrafo que tinha sido deletado quando a IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo foi emitido e alinhou a redação desse parágrafo com os termos utilizados na IFRS 13.

### **Orientação para implementação da IFRS 7 – Divulgação da diferença diferida entre valor justo e preço da transação**

As alterações atualizam a IFRS 7:IG14 para tornar a redação desse parágrafo consistente com a IFRS 7:28 e melhorar a consistência interna do exemplo apresentado na IFRS 7:IG14.

### **Orientação para implementação da IFRS 7 – Introdução e divulgações sobre risco de crédito**

As alterações adicionam uma declaração à IFRS 7:IG1 esclarecendo que a orientação não necessariamente ilustra todos os requisitos dos parágrafos referenciados da IFRS 7. Também simplificam a explicação dos aspectos dos requisitos que não são ilustrados na IFRS 7:IG20B.

### **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Desreconhecimento de passivos de arrendamento**

As alterações adicionam uma referência cruzada à IFRS 9:3.3.3 na IFRS 9.2.1(b)(ii) para esclarecer que, quando o arrendatário determina que uma obrigação de arrendamento foi extinta conforme a IFRS 9, ele deve aplicar a IFRS 9:3.3.3 e, portanto, reconhecer qualquer ganho ou perda resultante no resultado.

### **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Preço da transação**

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As alterações substituem a expressão “pelo preço da transação (conforme definido na IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes)” na IFRS 9.5.1.3 por “o valor determinado ao aplicar a IFRS 15”, para resolver inconsistências entre a IFRS 9.5.1.3 e os requisitos da IFRS 15, que podem exigir que um recebível seja mensurado por um valor diferente do preço da transação reconhecido como receita. Além disso, a referência ao “preço da transação” (conforme definido na IFRS 15) foi excluída do Apêndice A da IFRS 9.

### **IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas – Determinação de um “agente de fato”**

As alterações abordam preocupações de que os requisitos nos parágrafos IFRS 10:B73-B74 possam, em algumas situações, ser contraditórios. A IFRS 10:B73 refere-se a “agentes de fato” como partes que atuam em nome do investidor e afirma que a determinação de se outras partes estão atuando como agentes de fato exige julgamento. No entanto, a segunda frase da IFRS 10:B74 usa uma linguagem mais conclusiva, afirmando que uma parte é um agente de fato quando aqueles que dirigem as atividades do investidor têm a capacidade de direcionar essa parte a agir em nome do investidor. As alterações atualizam a IFRS 10:B74 para usar uma linguagem menos conclusiva e esclarecer que o relacionamento descrito é apenas um exemplo de circunstância em que é necessário julgamento para determinar se uma parte está atuando como agente de fato.

### **IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método do custo**

A alteração substitui o termo “método do custo” por “ao custo” no IAS 7:37, em conformidade com a remoção da definição de “método do custo” das normas contábeis internacionais.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

- **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração depende de condições naturais**

### **Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros**

Os seguintes requisitos da IFRS 9 são afetados pelas alterações:

- Os requisitos de uso próprio (“own-use”) na IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar a IFRS 9:2.4 a contratos de compra e recebimento de energia renovável cuja fonte de produção depende de condições naturais;
- Os requisitos de contabilidade de hedge na IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge:
- para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e
- para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge.

### **Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e à IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação**

A IFRS 7 e a IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

### • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorarias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

### • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

locais e regionais); ou

- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afeitas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 11 – Imobilizado - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização.

#### Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber.

### **4 Instrumentos financeiros**

#### **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimento ou outros fins.

#### **4.2 Gerenciamento de risco financeiro**

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Companhia.

As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de

## Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Companhia tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que deve ser aprovadas e acompanhadas pela Diretoria.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos.

### 4.3 Risco de mercado

#### a. Risco de câmbio

Algumas operações efetuadas pela Companhia são realizadas através de contrato de O&M com Companhia de origem Italiana, onde o preço é ajustado em relação ao EURO, levando em consideração a sua variação.

#### b. Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média +	II 25%	III + 50%	IV + ( 25%)	V + (50%)
		Efetiva 2025				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	733	CDI	26	52	(26)	(52)
<b>Efeito no resultado</b>	<b>733</b>		<b>26</b>	<b>52</b>	<b>(26)</b>	<b>(52)</b>

  

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média +	II 25%	III + 50%	IV + ( 25%)	V + (50%)
		Efetiva 2024				
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	1.661	CDI	50	101	(50)	(101)
<b>Efeito no resultado</b>	<b>1.661</b>		<b>50</b>	<b>101</b>	<b>(50)</b>	<b>(101)</b>

#### c. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, e financiamentos são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré- fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 25% (25% em 2024). tendo como base os montantes registrados no final do exercício, conforme abaixo.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2025	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	733	CDI	89
<b>Exposição líquida a taxas pós-fixadas</b>	<b>733</b>		
<b>Efeito no resultado</b>			<b>89</b>

  

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	(1.661)	CDI	(11)
<b>Exposição líquida a taxas pós-fixadas</b>	<b>(1.661)</b>		
<b>Efeito no resultado</b>			<b>(11)</b>

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir uma dívida.



**Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**f. Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Valor projetado</b>	<b>Valor contábil</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	7.575	-	-	-	7.575	7.575
	<b>7.575</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.575</b>	<b>7.575</b>

  

<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Valor projetado</b>	<b>Valor contábil</b>
Empréstimos e financiamentos	1.661	-	-	-	1.661	1.661
Fornecedores e outras contas a pagar	1.787	-	-	-	1.787	1.787
	<b>3.448</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.448</b>	<b>3.448</b>

**g. Gerenciamento de capital**

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para comparação com parâmetros de mercado.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Empréstimos e financiamentos	-	1.661
Fornecedores e outras contas a pagar	7.575	1.787
<b>Total Endividamento</b>	<b>7.575</b>	<b>3.448</b>
(-) Caixa e caixa equivalente	(907)	(436)
<b>(=) Endividamento líquido (a)</b>	<b>6.668</b>	<b>3.012</b>
Patrimônio líquido	24.470	33.388
<b>Capital social e endividamento líquido (b)</b>	<b>31.138</b>	<b>36.400</b>
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	21%	8%

**h. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

<b>Hierarquia do valor justo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	907	907	436	436
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2.235	2.235	2.756	2.756
Outras contas a receber	Custo amortizado	100	100	84	84
Mútuos a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	2.395	2.395
<b>Total</b>		<b>3.242</b>	<b>3.242</b>	<b>5.671</b>	<b>5.671</b>
<b>Passivos financeiros:</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	7.575	7.575	1.787	1.787
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	1.661	1.612
<b>Total</b>		<b>7.575</b>	<b>7.575</b>	<b>3.448</b>	<b>3.399</b>

## **Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **i. Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

**Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

**Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então A Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis.
- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes.
- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

## Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa.

### 5 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão para riscos de perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	174	436
Certificado de depósito bancário (CDB)	733	-
	<u>907</u>	<u>436</u>

O saldo de aplicações financeiras relativas a Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez imediata teve sua remuneração atrelada à variação do CDI de 64,80% em 2025 (98,00% em 2024), que não excederam seus respectivos valores de mercado e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

### 7 Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Clientes privados:</b>			
Valores faturados		2.205	2.584
		<b>2.205</b>	<b>2.584</b>
Partes relacionadas	13	30	172
<b>Total</b>		<u><b>2.235</b></u>	<u><b>2.756</b></u>

O aging list das contas a receber é composto como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Valores a vencer	2.235	2.756
<i>Vencidos:</i>		
Até 30 dias	-	-
Entre 31 e 60 dias	-	-
Entre 181 e 360 dias	-	-
	<u>2.235</u>	<u>2.756</u>

### 8 Estoques

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Materiais de consumo	1.393	1.432
	<u>1.393</u>	<u>1.432</u>

O estoque é composto por materiais de consumo necessários para a comercialização da venda de energia da Companhia.

**Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9 Impostos a recuperar**

São compostos como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Pis e Cofins	547	697
IRPJ	647	846
CSLL	589	346
ICMS	-	256
	<b>1.783</b>	<b>2.145</b>
Circulante	1.165	2.145
Não circulante	618	-

**10 Dividendos a pagar**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a pagar são compostos como segue:

<b>Dividendos a pagar</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Acionistas:</b>		
Revita Engenharia S.A.	3.463	3.463
	<b>3.463</b>	<b>3.463</b>

**11 Imobilizado**

	<b>Taxa média anual - %</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
		<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	1.826	(1.077)	749	822
Máquinas e equipamentos	10%	72.446	(46.260)	26.186	31.353
Móveis e utensílios	10%	43	(41)	2	2
Equipamentos de informática	20%	20	(20)	-	-
Imobilizado em andamento		2.703	-	2.703	-
		<b>77.038</b>	<b>(47.398)</b>	<b>29.640</b>	<b>32.177</b>

A movimentação do imobilizado de 2025 e 2024 é composta como segue:

<b>Custo</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Adição</b>	<b>(-) Baixa</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
Benfeitorias em bens de terceiros	1.826	-	-	-	1.826
Máquinas e equipamentos	72.446	-	-	-	72.446
Móveis e utensílios	43	-	-	-	43
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
Imobilizado em andamento	-	2.703	-	-	2.703
	<b>74.335</b>	<b>2.703</b>	-	-	<b>77.038</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Depreciação</b>	<b>(-) Baixa</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.004)	(73)	-	-	(1.077)
Máquinas e equipamentos	(41.093)	(5.167)	-	-	(46.260)
Móveis e utensílios	(41)	-	-	-	(41)
Equipamentos de informática	(20)	-	-	-	(20)
	<b>(42.158)</b>	<b>(5.240)</b>	-	-	<b>(47.398)</b>
	<b>32.177</b>	<b>(2.537)</b>	-	-	<b>29.640</b>

**Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Saldo em	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em
	31/12/2023				31/12/2024
Benfeitorias em bens de terceiros	1.826	-	-	-	1.826
Máquinas e equipamentos	70.632	1.814	-	-	72.446
Móveis e utensílios	43	-	-	-	43
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
	<b>72.521</b>	<b>1.814</b>	-	-	<b>74.335</b>

  

Depreciação	Saldo em	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em
	31/12/2023				31/12/2024
Benfeitorias em bens de terceiros	(931)	(73)	-	-	(1.004)
Máquinas e equipamentos	(35.452)	(5.641)	-	-	(41.093)
Móveis e utensílios	(40)	(1)	-	-	(41)
Equipamentos de informática	(20)	-	-	-	(20)
	<b>(36.443)</b>	<b>(5.715)</b>	-	-	<b>(42.158)</b>
	<b>36.078</b>	<b>(3.901)</b>	-	-	<b>32.177</b>

**Teste de redução ao valor recuperável (Teste de Impairment)**

Em 2025 e 2024, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

**12 Fornecedores**

São compostos como segue:

	2025	2024
Fornecedores	4.232	1.451
Partes relacionadas – nota 13	3.190	336
	<b>7.422</b>	<b>1.787</b>

**13 Partes relacionadas**

Os saldos a receber e a pagar, e as respectivas naturezas das transações e entidades incluídas nas demonstrações financeiras individuais são demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	142	36	28	(399)	208
Battre - Bahia Transf. e Tratamento de Resíduos Ltda.	27	30	3.154	308	(4.703)	(1.939)
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.	3	-	-	-	5	-
Essencis BA S.A.	-	-	-	-	(3)	(1)
Revita Engenharia S.A.	-	-	-	-	-	52
Biotérmica Energia S.A.	-	-	-	-	-	23
	<b>30</b>	<b>172</b>	<b>3.190</b>	<b>336</b>	<b>(5.100)</b>	<b>(1.657)</b>
<b>Mútuos</b>						
Revita Engenharia S.A.	-	2.395	-	-	175	-
Biotérmica Energia S.A.	-	-	-	-	-	230
	-	<b>2.395</b>	-	-	<b>175</b>	<b>230</b>
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>2.567</b>	<b>3.190</b>	<b>336</b>		
Circulante	30	172	3.190	336		
Não circulante	-	2.395	-	-		

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

## Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Movimentação de mútuos no ativo:

As movimentações do mútuo a receber estão apresentadas a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.395</b>	<b>3.891</b>
Aplicação	1.900	2.476
Juros	156	571
Recebimento de juros	(15)	-
Recebimento do principal	(4.442)	(4.614)
Encargos	6	71
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>2.395</b>

### Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$230 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 a remuneração dos administradores foi realizada pela parte relacionada da Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.).

## 14 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2025	2024
Financiamento de projetos	CDI + 3,85% a.a	Mar/25	-	1.478
Empréstimo	CDI ACT360 4,34% a.a.	Nov/25	-	183
			<b>-</b>	<b>1.661</b>

A movimentação de empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2025
Financiamento de projetos	1.478	-	24	(37)	(1.465)	-
Empréstimo	183	-	14	(16)	(181)	-
	<b>1.661</b>	<b>-</b>	<b>38</b>	<b>(53)</b>	<b>(1.646)</b>	<b>-</b>

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	7.387	-	609	(658)	(5.860)	1.478
Empréstimo	384	-	42	(43)	(200)	183
	<b>7.771</b>	<b>-</b>	<b>651</b>	<b>(701)</b>	<b>(6.060)</b>	<b>1.661</b>

### Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

O contrato firmado com o SANTANDER contém garantias e cláusulas restritivas, pelas quais o banco pode requerer o vencimento antecipado caso o índice financeiro de alavancagem supere o patamar estabelecido. Esse indicador é calculado com base nas demonstrações financeiras da Solvi Participações S.A. (Interveniente). O contrato foi firmado em 2 de março de 2021. O índice é obtido pelo cálculo da razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado, que deve ser menor ou igual a 3,0.

## 15 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	2025	2024
Salários e 13º salários	6	6
Encargos trabalhistas	87	81
Férias	314	350
Participação nos resultados	115	115
Outros	2	-
	<b>524</b>	<b>552</b>

**Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16 Impostos, taxas e contribuições**

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PIS	-	106
Cofins	-	379
ICMS	38	48
IRRF	42	38
ISS Retido	2	3
IRPJ/CSLL	80	80
Outros	3	1
	<u>165</u>	<u>655</u>

**17 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Provisões contingências	49	48
Provisão de participações no resultado	30	30
Benefícios pós emprego	-	1
Outros	-	(20)
<b>Total</b>	<u>79</u>	<u>59</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	79	59
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo antes dos impostos	(8.939)	(1.547)
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	<u>3.039</u>	<u>526</u>
<b>Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:</b>		
Não constituição de diferido - Ausência de expectativa de realização	(2.910)	(450)
Bônus / doações / patrocínios	-	(5)
Ajuste de inventário	-	(2)
Ajustes relativos a tributos dos exercícios anteriores	21	-
Outras Diferenças Permanentes	(130)	(58)
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<u>20</u>	<u>11</u>
Corrente	-	-
Diferido	20	11
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0,22%</b>	<b>0,71%</b>

**18 Provisões**

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisões para riscos trabalhistas (a)	-	-
Provisão para obrigações contratuais futuras	-	4
	<u>-</u>	<u>4</u>

**(a) Provisões para riscos trabalhistas**

A Companhia é citada em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável.

**Termoverde Salvador S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos finais e as respectivas movimentações das provisões por natureza dos processos com risco de perda provável estão demonstrados a seguir:

	<u>Trabalhista</u>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<u><u>33</u></u>
Adições	-
Reversões	(33)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<u><u>-</u></u>
Adições	-
Reversões	-
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<u><u>-</u></u>

**19 Patrimônio líquido****a) Capital Social**

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está representado por 5.023.188 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo um total de R\$5.023 registrados na rubrica "Capital social".

**b) Reserva de subvenção para investimento**

Foi constituída com base no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR e refere-se ao valor do imposto que deixou de ser pago em virtude de incentivos fiscais com base no lucro da exploração.

Em 2025 e 2024 não foi realizada transferência de incentivo de lucro da exploração para reserva de lucros.

**c) Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Antes da realização da constituição da reserva legal, ela é ajustada observando o incentivo de exploração.

**d) Reserva de retenção de Lucros**

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

**e) Dividendos**

O lucro líquido do exercício terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, observando-se as disposições legais na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

**20 Receita operacional líquida**

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita com venda de energia	26.444	30.635
<b>Total receita bruta</b>	<u><u>26.444</u></u>	<u><u>30.635</u></u>
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
PIS	(436)	(505)
COFINS	(2.010)	(2.329)
ICMS	(1)	-
<b>Total de deduções sobre vendas</b>	<u><u>(2.447)</u></u>	<u><u>(2.834)</u></u>
<b>Receita líquida</b>	<u><u>23.997</u></u>	<u><u>27.801</u></u>

## Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21 Custos dos serviços prestados

O saldo é composto como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Salários e encargos	(3.700)	(3.462)
Aluguel	(236)	(382)
Depreciações	(5.240)	(5.715)
Materiais aplicados nos serviços	(11.566)	(8.594)
Serviços de terceiros (a)	(6.298)	(5.678)
Créditos fiscais (b)	21	1.173
Energia elétrica	(4.601)	(682)
Licenças e taxas	(140)	(171)
Outros custos de produção	(364)	(177)
	<b>(32.124)</b>	<b>(23.688)</b>

(a) Refere-se substancialmente a serviço de manutenção de máquinas e equipamentos.

(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS.

### 22 Despesas comerciais

O saldo é composto como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Patrocínios, brindes e doações	-	(45)
Propaganda e publicidade	(21)	(23)
Outros	(24)	(5)
	<b>(45)</b>	<b>(73)</b>

### 23 Despesas administrativas

São compostos como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remuneração direta mão de obra	(152)	-
INSS	(32)	-
Benefícios	(36)	-
FGTS	(9)	-
Materiais	-	(6)
Serviços de Terceiros (a)	(23)	(5)
Tributos, Seguros e Contribuições	(69)	-
Viagens e Estadias	-	(2)
Despesas serviços compartilhados	(438)	(342)
	<b>(759)</b>	<b>(355)</b>

(a) A principal natureza em reembolso de despesas de serviços compartilhados refere-se assistência técnica financeira e planejamento do centro de serviços compartilhados CSC.

### 24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Outras receitas (despesas) eventuais	(216)	(5.189)
Provisões para contingenciais	-	33
Despesas com contingenciais	(2)	(26)
Patrocínio e doações	-	(15)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(1)	(39)
	<b>(219)</b>	<b>(5.236)</b>

(a) Em 2024 ocorreram pagamentos no montante de R\$5.112 como garantia para Câmara de Comercialização de Energia, a fim de suportar a complementação da energia vendida dos contratos de clientes decorrente a desafios operacionais e oportunidades de mercado.

## Termoverde Salvador S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas juros sobre contratos	175	571
Rendimentos sobre aplicações financeiras	72	48
Juros recebidos e descontos obtidos	7	2
Outras receitas financeiras	77	53
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>331</b>	<b>674</b>
Despesas bancárias	(6)	(5)
Despesas com multas e moras financeiras	(27)	(2)
Tributos sobre movimentações financeiras	(49)	(12)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(38)	(651)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(120)</b>	<b>(670)</b>
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>4</b>

### 26 Cobertura de seguros

A administração da Companhia avalia que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

A cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguro patrimonial	83.042	45.210
Responsabilidade civil geral	25.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	-
<b>Total coberturas</b>	<b>138.042</b>	<b>55.210</b>

### 27 Compromissos futuros

Em 01 de Janeiro de 2008, a Companhia firmou contrato com a Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. - Battre, no qual o objeto é a compra e venda de biogás gerado e captado no aterro sob concessão da própria Battre. Em 01 de Janeiro de 2011, iniciou a operação comercial de sua unidade industrial. O contrato é através da modalidade *Take or Pay* e a compradora investindo no sistema de captação de biogás e no sistema de pré-tratamento da atual planta de queima e dois sopradores centrifugos, para que vendedora forneça o Biogás nas características representadas abaixo.

<b>Ano</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>
Biogás	16.240 Nm <sup>3</sup> /h	16.240 Nm <sup>3</sup> /h	16.240 Nm <sup>3</sup> /h	16.240 Nm <sup>3</sup> /h
CH4	5.841 Nm <sup>3</sup> /h	5.841 Nm <sup>3</sup> /h	4.595 Nm <sup>3</sup> /h	4.595 Nm <sup>3</sup> /h
<b>Ano</b>	<b>2030</b>			
Biogás				
CH4	16.240 Nm <sup>3</sup> /h			
	4.595 Nm <sup>3</sup> /h			